

a Polícia Militar, foi outra promessa de campanha, nada foi feito. Blindar todos os carros operacionais da Polícia Militar e da Polícia Civil a partir de janeiro de 2019. Doce sonho. Vinte e quatro, criar 40 novas delegacias da mulher, foram criadas oito até o momento.

Enfim, poderíamos continuar essa lista, mas a conclusão é: vale a pena acreditar nas promessas realizadas pelo atual governador? Infelizmente, a julgar pelos quase dois anos de mandato, não vão se conseguir cumprir essas metas. Qual é a desculpa que ele vai dar? Não tem dinheiro? Mentira, tem. Reduza a máquina do Estado, não através do que foi feito com o 529, não através dessa péssima lei que foi a lei de Previdência feita no estado de São Paulo, que, cabe salientar mais uma vez, em nada tem a ver com a lei da Previdência que foi feita no governo federal.

Ou seja, estamos sendo chefiados por um caminho sem volta e ruim. Lembrando que a diferença entre chefe e líder, assim preconizava a nossa aula na Academia Militar das Agulhas Negras nos idos dos anos 80, a grande diferença entre a liderança e a chefia é que a chefia é um cargo autorizado pelo poder constituído, a liderança é nata. A liderança conduz seus homens ao dever que deve ser cumprido. Estamos diante, portanto, de um chefe autoritário, e não do líder que tanto sonhamos.

Encerro a minha participação agora no Grande Expediente com a promessa de que voltaremos todos os dias a este plenário com bons temas, bons conteúdos, acima de tudo mostrando à população de São Paulo o que está por trás da verdade, que é a mentira. O que está nos bastidores, o que está por trás das decisões que são tomadas, o que realmente está acontecendo.

Para a próxima semana, estamos preparando uma longa apresentação para que você entenda o que é a China, o que faz a China hoje, a sua história e quais são os reflexos disso no Brasil. Uma boa tarde a todos e até amanhã. Brasil acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, deputado Castello Branco.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, o deputado Castello abordou aqui a questão dos celulares que entram em prisões. O STF está decidindo um pedido aí, claro, de um partido - sempre eles - de extrema-esquerda, que diz, Castello, que é contra os direitos humanos a revista íntima nos presídios.

Então vejam só vocês, entram nos presídios drogas, celulares, armas, com o instituto da revista íntima. Imaginem se o STF decretar, como se assim pudesse, porque eu não me lembro de ter votado em ninguém do STF para estar ali, não foram eleitos, mas querem legislar a todo custo. Imagine só você o que esses presos não vão fazer com os agentes de Segurança, com a população.

Façção criminosa está mandando aqui fora, de dentro do presidio. A gente precisa se posicionar. Vou fazer uma nota de repúdio. Parece que três ministros, Castello Branco, já se posicionaram contra a revista íntima. E um outro ministro pediu vista para quê? Porque viu a barbaridade que está acontecendo. Tomara que consiga convencer seus pares.

Não é possível. Tudo o que é contra o País, o STF vai lá e vota a favor. Tudo o que é péssimo para o brasileiro, o STF vai lá e libera. Quer liberar tudo, quer liberar a ideologia de gênero, quer liberar aborto, quer liberar a droga, libera preso para caramba. E aí o André do Rap, o que o Marco Aurélio fez, até agora não encontraram.

Então deixo aqui registrado o meu repúdio a esses ministros, principalmente aos que querem acabar a revista pessoal, a revista íntima, porque eu acredito que o direito humano ali que deve ser respeitado são os nossos aqui fora, que sofremos na mão desses criminosos.

Se alguma coisa tiver que acabar, que se acabem as visitas nos presídios, e não a revista íntima. Que falem lá como é em alguns presídios de segurança federal, alguns presídios fora do País, onde você visita e fala pelo telefone, com vidro blindado. Agora, visita íntima, o cidadão vai lá e não precisa nem ser revistado. Vai entrar mais droga, telefone e armas dentro dos presídios.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente. Meu repúdio aos ministros do STF que querem acabar com a revista íntima.

O SR. PRESIDENTE - RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, deputado Gil Diniz. Dando seqüência à lista de oradores do Grande Expediente, convoco o deputado Maurici. (Pausa.)

Não havendo então mais oradores inscritos para o Grande Expediente, suspendo a presente sessão até as quatro e meia. Muito obrigado.

- Suspensa às 15 horas e 57 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 33 minutos, sob a Presidência do Sr. Gil Diniz.
* * *

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - SEM PARTIDO - É regimental. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 33 minutos.
* * *

5 DE NOVEMBRO DE 2020 86ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: TENENTE NASCIMENTO, JANAINA PASCHOAL e CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - TENENTE NASCIMENTO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Lê trechos e crítica artigo publicado no jornal "Folha de S. Paulo", redigido pelo líder do Governo, deputado Carlão Pignatari, justificando as retiradas de verbas da ciência no Estado. Discorre sobre a dívida de empresas particulares com o Estado. Lista algumas das companhias e suas dívidas. Lamenta a aprovação do PL 529/20.

3 - JANAINA PASCHOAL

Esclarece que os descontos nos salários de aposentados e pensionistas que recebem abaixo do teto do INSS estão previstos em decreto publicado pelo governo e não fora aprovado por esta Casa na reforma da Previdência. Considera justas as deduções para aqueles que recebem acima do teto do INSS. Afirma que irá questionar o governador João Doria sobre o decreto, em reunião a ser realizada esta semana. Alega que irá apoiar o projeto de decreto legislativo, do deputado Carlos Giannazi, que susta o decreto, caso o governo não recue.

4 - JANAINA PASCHOAL

Assume a Presidência.

5 - TENENTE NASCIMENTO

Endossa o discurso da deputada Janaina Paschoal. Ressalta que os descontos nos salários das forças policiais não estavam previstos na reforma da Previdência. Exibe e comenta vídeo de deputados e senadores comemorando a

retirada do que consideram ideologia de gênero do Plano Nacional de Educação. Tece críticas ao PSOL por apresentar Adin sobre a discussão do tema nas escolas. Agradece aos parlamentares envolvidos. Considera a educação sexual responsabilidade dos pais.

6 - TENENTE NASCIMENTO

Assume a Presidência.

7 - CARLOS GIANNAZI

Rebate o pronunciamento do deputado Tenente Nascimento. Esclarece que a Adin apresentada pelo PSOL pede para que o combate à homofobia seja mencionado no Plano Nacional de Educação. Afirma que as escolas têm o dever de ensinar educação sexual e respeito à diversidade. Tece considerações sobre a disseminação de notícias falsas em época de eleição. Endossa o discurso da deputada Janaina Paschoal a respeito do desconto aos aposentados e pensionistas. Pede apoio ao projeto de decreto legislativo de sua autoria, que revoga o decreto do governador sobre o tema.

8 - CORONEL TELHADA

Parabeniza os municípios aniversariantes. Informa as datas comemorativas do dia de hoje. Tece críticas ao decreto que faz descontos aos salários de aposentados. Lembra seu voto contrário à reforma da Previdência. Lamenta a aprovação do PL 529/20. Exalta o funcionalismo público. Afirma que o governador não cumpriu as promessas de campanha. Pede que a população pesquise sobre os candidatos nesta eleição.

9 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

10 - TENENTE NASCIMENTO

Responde ao discurso do deputado Carlos Giannazi. Alega que o Plano Nacional de Educação repudia todos os tipos de discriminação. Afirma que esse debate deve ser feito nesta Casa, e não no Supremo Tribunal Federal. Cobra por mais debates sobre a cristofobia. Tece considerações sobre o papel da família e escola na educação das crianças.

11 - TENENTE NASCIMENTO

Assume a Presidência.

12 - CARLOS GIANNAZI

Contesta a fala do deputado Tenente Nascimento. Ressalta que homofobia é crime. Reflete sobre a violência física e moral contra pessoas LGBT. Comenta denúncias de perseguição contra professores que se manifestaram contra publicação em rede social de um servidor a respeito da ex-vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco. Pede providências do prefeito Bruno Covas e secretário de Educação Bruno Caetano.

13 - CARLOS GIANNAZI

Convida para ato organizado pelo Fórum Permanente Penitenciário, a ser realizado no dia 18/11, pedindo por valorização da categoria. Clama pelo chamamento de aprovados em concursos públicos da Secretaria de Assuntos Penitenciários.

14 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE TENENTE NASCIMENTO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 06/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Tenente Nascimento.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PSL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Iniciamos o Pequeno Expediente com a lista dos oradores inscritos, que passamos a chamar a seguir. Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Jorge... Deputado Carlos Giannazi. Deputado Carlos Giannazi, como sempre, presente a esta sessão, tem o tempo regulamentar dos seus cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, hoje pela manhã eu li o artigo publicado na "Folha de São Paulo" do líder do Governo do PSDB, o Carlão Pignatari. O título é o seguinte: "A Dura realidade e a bolha das corporações".

Ele faz uma crítica a todos nós. Não só aos pesquisadores, aos professores, aos defensores da ciência e do conhecimento, mas a todos nós que somos contra essa perversa DREM, que desvincula as receitas dos estados e dos municípios. Tudo isso para pagar a dívida pública brasileira, que já consome quase metade do Orçamento brasileiro.

Nós sempre criticamos a DRU, a Desvinculação das Receitas da União. E depois essa, que foi criada em 2016 e que está sendo aplicada, por incrível que pareça, agora. Em plena pandemia, o governo Doria ataca a Ciência. Tentou atacar as universidades, a Fapesp. Ataca, na verdade, no Orçamento. Nós conseguimos retirar as universidades e a Fapesp do famigerado PL 529, mas ele faz uma nova ofensiva, cortando recursos da Fapesp na peça orçamentária, onde ele aplica exatamente essa DREM.

Mas tem algumas pérolas no artigo do deputado líder do Governo, Carlão Pignatari. Ele fala assim, neste momento de pandemia, em mais de 40 mil mortes. Ele precisa atualizar essa lista. Acho que já são quase 46 mil mortos no estado de São Paulo. Neste momento de crise fiscal, de pandemia, ele diz o seguinte, para todos nós, que defendemos mais recursos para as universidades, para a Fapesp, para a pesquisa: é o momento de doação - olha só que absurdo - e não de interesses corporativos. Dizendo que defender as universidades, defender os professores das universidades, defender a pesquisa e a ciência, isso é corporativismo.

No final ele termina assim, que é um outro absurdo: a ciência não pode ser uma bolha; que a ciência saia da bolha e preste solidariedade. É um absurdo. O artigo é totalmente incoerente. Incoerente por várias razões, porque ontem foi publicada uma matéria, também na "Folha de São Paulo", dando conta de uma denúncia que o Sinafresp fez. Eu, já há muitos anos, venho repercutindo esse tipo de denúncia aqui na Assembleia Legislativa e utilizo, inclusive, números da própria Procuradoria Geral do Estado em relação à dívida ativa do Estado.

A matéria diz o seguinte: 10 empresas discutem, na Justiça, 26 bilhões em impostos para o Governo de São Paulo. Ou seja, a matéria dá conta de uma parte da dívida ativa, trazendo à baila o que eu já vinha falando e debati bastante. Apresentei dados durante a também famigerada reforma da Previdência, que confiscou salários e direitos dos servidores do estado de São Paulo, e também durante o debate, o pouco debate que houve, do 529.

Inclusive, o Carlão Pignatari, deputado, disse que houve um amplo debate. Não houve nada. Houve atropelo. Nós criticamos exaustivamente a aprovação desse PL 529, inclusive com sérias

denúncias que foram ventiladas dentro da Assembleia Legislativa, de compra de votos através de emendas parlamentares.

No entanto, essa matéria mostra o seguinte, que as principais empresas devedoras, essas empresas que devem 26 bilhões de reais, esse valor corresponde ao orçamento de cinco secretarias e instituições. Olha só: a gente, somando o orçamento da Secretaria da Cultura, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, de Habitação, de Desenvolvimento Regional e da Defensoria Pública, não dá esse valor de sonegação, de 26 bilhões de reais.

Na matéria, nós temos o nome dessas empresas, que são elencadas. Aqui vou dizer o nome rapidamente delas, para encerrar a minha intervenção. A Drogacenter Distribuição de Medicamentos deve 4 bilhões para o estado de São Paulo. A Petrobras deve 3 bilhões. A Telefônica, 3 bilhões. A Refinaria de Manguinhos, 3 bilhões. O grupo Pão de Açúcar Não estou falando em milhões. Estou falando de 3 bilhões de reais, Sr. Presidente. Então me parece que o interesse corporativo é esse aqui, das empresas que o governo defende.

Para finalizar, a matéria diz o seguinte. O Sinafresp diz que há uma cultura da sonegação, porque o governo depois perdoa a dívida dessas empresas, facilita o pagamento, negocia. É por isso que elas sonegam, logicamente, porque existem facilidades. Agora, o Carlão Pignatari atacar os professores, os pesquisadores e nós que protegemos a ciência, Sr. Presidente, é um verdadeiro absurdo.

Então, quero repudiar veementemente esse artigo "A pura realidade e bolha das corporações". Vou escrever e mandar para a "Folha de S. Paulo" falando dessas corporações, que são as empresas que sonegam para o estado de São Paulo e já devem mais de 300 bilhões de reais. Aqui tem o interesse corporativo que o PSDB, a base do governo, não tem coragem de mexer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - PSL - Seguindo a lista de oradores inscritos, quero chamar o deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. Vou falar a seguir. Deputado Luiz Fernando Lula da Silva. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. A deputada Janaina Paschoal tem o tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa., os colegas presentes, os funcionários da Casa, as pessoas que nos acompanham. Em virtude do elevado número de e-mails que venho recebendo, com todo o respeito, confundindo duas situações, eu decidi fazer um esclarecimento público e estou tomando as atitudes que entendo que são possíveis diante da situação posta.

Há umas duas semanas comecei a receber muitos e-mails, whatsapps, mensagens dizendo que, por minha culpa, por culpa desta Casa, os aposentados estavam tendo uma porcentagem significativa de seu salário sendo descontada. Entre as pessoas que entraram em contato, havia pessoas com salários significativos; claro, não sei o salário das pessoas, mas, por conhecer o cargo, eu tenho como imaginar o valor da aposentadoria, o valor do desconto.

Percebi que estava havendo uma confusão e quero esclarecer. Veio para esta Casa a reforma da Previdência, querendo elevar de 11% para 14% o desconto de todos os funcionários na ativa. Nós brigamos aqui dentro de maneira, assim, heroica. Podem reconhecer, podem não reconhecer, mas a verdade é que foi muito trabalho para conseguir baixar a alíquota de 14% para 11% para aqueles que ganham menos e estabelecer uma alíquota progressiva, uma alíquota diferenciada a depender da faixa salarial.

Na reforma da Previdência, havia e há a previsão de que aqueles aposentados que ganham acima do teto do INSS passariam a recolher também para o sistema de Previdência do estado. Muitos dos funcionários já aposentados jamais tinham recolhido qualquer quantia, muitos dos funcionários que hoje ganham salários integrais, salários elevadíssimos, salários até superiores ao teto constitucional.

Não se pode confundir o teto do INSS, que é algo em torno de 6.200, com o teto constitucional; são salários superiores a 30 mil reais. Os aposentados mais antigos nunca contribuíram e recebem a integralidade. Então quero deixar bem claro aqui que o que esta Casa aprovou foi o desconto no pagamento dos funcionários públicos aposentados que ganham mais do que o teto do INSS, porque é justo. Quer gostar de mim, gosta, não quer, não gosta, mas é justo.

Não se pode ganhar tanto de dinheiro público pago pelos impostos de gente que não tem salário garantido no fim do mês sem nunca ter contribuído. O que aconteceu nos últimos dias - e isso sim é injusto, isso sim eu entendo como errado e isso sim fere o que foi discutido nesta Casa - é que foi baixado um decreto, ato do governador, estabelecendo o desconto também daqueles funcionários aposentados que recebem menos do que o teto do INSS.

Quando votamos a reforma, e eu sei porque participei de todos os debates, de todas as discussões, de todas as reuniões... Inclusive fui muito atacada e disse que tinha colega que criticava e não participava de nada. É fácil subir aqui e só gritar, eu briguei para melhorar o texto. Eu lembro, no último dia, todo mundo aqui pedindo uma garantia de que quem ganhasse menos do que o teto do INSS não teria nenhum desconto.

Essa garantia foi dada aqui, e havia uma previsão na reforma de que, se provando um deficit atuarial, poder-se-ia, excepcionalmente, fazer algum tipo de desconto. O problema é que o deficit não foi demonstrado e não havia excepcionalidade a justificar. Baixou-se um decreto determinando que os aposentados que ganham entre um salário e o teto do INSS precisariam passar a contribuir.

Vossa Excelência me dá dois minutos? Eu quero aqui deixar muito claro: os descontos dos aposentados que ganham mais do que o teto do INSS, esses descontos foram aprovados, sim, aqui nesta Casa. Eu assumo, e acho que é justo. Quer gostar, gosta, não quer gostar, não gosta.

Os descontos que estão sendo feitos dos proventos dos aposentados que ganham menos do que o teto do INSS, isso não foi aprovado aqui nesta Casa. Houve compromisso do governo aqui neste plenário de que isso não aconteceria, e isso eu considero injusto. Além de injusto, fere a confiança que a gente tem quando dá o nosso voto em uma determinada matéria. Então, o que eu fiz? Hoje eu tinha uma reunião na PGE, a Procuradoria Geral do Estado. Eu levei essa questão para a Procuradoria, e a Procuradoria deixou muito claro que isso foi um ato da Secretaria de Planejamento.

Agora à tarde, daqui a meia horinha, tem uma reunião com o governador. O governador todo mês se reúne com os deputados. Eu sempre participo, porque eu entendo que é um espaço institucional. Essa coisa de dizer é base, não é base, é oposição, não é oposição... Eu sou deputada e ele é governador, tem uma reunião institucional, eu vou ocupar meu espaço para levar as questões que eu entendo que são importantes para a população.

Então eu vou levar essa situação para o governador e expor que eu me sinto, vamos dizer assim, traída, porque eu aprovei a reforma depois de melhorar muito o texto para a população, mas eu aprovei com a condição de que quem ganha

menos do que o teto não seria descontado. Aí vem um decreto, muda tudo isso, e nós estamos sendo atacados por um ato que não é nosso. Muito embora não seja nosso, eu não vou me conformar com ele.

Então, fui à Procuradoria, vou falar com o governador. A depender, vou pedir uma pauta para o secretário Mauro Ricardo, que é o mentor desse tal decreto. Já fui investigar quem era o artífice da coisa. Sei que três colegas na Casa, inclusive o deputado Giannazi, têm um projeto de decreto legislativo objetivando derrubar esse decreto do Sr. Governador.

Quero tentar fazer com que o governador perceba o erro do governo, para que nós não tenhamos que esperar a aprovação de decreto legislativo, que todos nós sabemos que demora. Se o próprio governo, por conta própria, por sua conta, não perceber e retroagir, e voltar atrás, ou seja, retroceder - verbo melhor -, aí eu apoio os projetos dos colegas. Porque não é porque é de um partido diferente que a gente não vai aprovar se o projeto é bom e, no caso, justo.

Então, eu faço aqui esse esclarecimento, porque eu não estou dando conta de responder tantos e-mails. Está sendo impossível. Depois da reunião com o governador, e, a depender, com o secretário, eu volto para dar notícia para a população. Só quero que compreendam: uma coisa é para quem ganha mais do que o teto do INSS, outra coisa, e aqui eu vou brigar, é para quem ganha menos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENETE NASCIMENTO - PSL - Seguindo a lista de oradores inscritos, eu quero chamar a deputada Adriana Borgo. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Maurici. (Pausa.) Eu queria pedir à deputada Janaina se ela pudesse assumir, porque eu vou falar.

Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Daniel José. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. Queria pedir à deputada Janaina que ela assumisse a Presidência, porque eu vou à tribuna.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Janaina Paschoal.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Agradeço a honra de assumir esta Presidência. Chamo imediatamente à tribuna o deputado Tenente Nascimento. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - PSL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Uma boa tarde a todos. Eu venho a esta tribuna mais uma vez em entendimento ao que acabou a falar a deputada Janaina aqui. Devemos ressaltar também que a Polícia Militar não foi estabelecida aqui nesta Casa. Ela foi estabelecida no Congresso, ou seja, na Câmara Federal, da Polícia Militar, principalmente. E ela está muito correta, quando foi firmado um acordo aqui para que, realmente, não houvesse.

Então, esse decreto nos pegou de surpresa, e de uma maneira inadequada. Estamos juntos nesse mesmo protesto contra esse decreto, deputada Janaina e deputado Carlos Cezar, que aqui também se encontra, e deputado Giannazi. Mas eu venho aqui fazer um pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, você que está nos vendo aí. Nossos irmãos, cristãos, católicos, enfim, a juventude, e todos os deputados, senadores, os pastores, porque nós estávamos em uma luta muito grande sobre a Adin que estava para ser pautada no STF no dia onze.

Então, eu quero dar uma boa notícia a vocês. Eu queria aqui, primeiramente, fazer um agradecimento a alguns deputados, mas eu queria que soltasse um vídeo, que aí está.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Como vocês viram, eu quero agradecer aqui aos deputados, os quais eu vou mencionar aqui, deputados, senadores e todos aqueles que estão juntos nessa batalha, uma vitória da família brasileira, contra nossas crianças: deputada Carla Dickson, deputado Francisco Jr, deputada, Liziane Bayer, senador Carlos Viana, deputada Bia Kicis, deputado David Soares, deputado Cezinha de Madureira, deputado Pastor Eurico, deputado Lucas Gonçalves, deputado Gilberto Nascimento e deputado Sóstenes Cavalcante.

O deputado Jefferson Campos também, que juntamente, em uma batalha muito dura, muito ferrenha, ao nosso pastor Silas Malafaia, que está incansavelmente nessa luta, e também ao meu pastor Alcides Fávoro. Então, isso aqui, aos nossos amigos, aos nossos, que estão, o partido PSOL, o partido de esquerda. Não devemos dar ao STF aquilo que é a nossa atribuição, a atribuição do Parlamento, a atribuição da Casa do Parlamento estadual, do Parlamento municipal e do Parlamento federal não é o Supremo que tem que decidir; quem tem que decidir é esta Casa.

Por isso, parabéns aos nossos deputados, aos parlamentares que lá levaram essa solicitação ao ministro. Mais uma vez, uma vitória da família brasileira cristã católica e nossa juventude. Então, ao ministro que teve esse reconhecimento: contem com nosso apoio. Estamos atentos. Esta Casa está atenta, realmente, a essa questão, porque nas nossas escolas às nossas crianças têm que ensinar português, matemática, biologia e outras matérias, e não sexualizar as nossas crianças em nossas escolas.

Muito obrigado, presidente. Deus abençoe a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE - JANAINA PASCHOAL - PSL - Nós que agradecemos, Sr. Deputado. Devolvo a Presidência ao deputado Tenente Nascimento, imediatamente chamando à tribuna o deputado Carlos Giannazi, que terá o tempo regimental de cinco minutos para o seu pronunciamento.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Tenente Nascimento.

* * *

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Tenente Nascimento, eu quero discordar veementemente do seu pronunciamento e dizer que V. Exa. está reproduzindo fake news aqui na tribuna da Assembleia Legislativa. Isso é fake news; fake news é mentira.

Sr. Presidente, não combina com V. Exa. disseminar fake news na tribuna da Assembleia Legislativa, a Casa do Povo. Não combina com Vossa Excelência. Eu conheço V. Exa. e fiquei chocado aqui com o que V. Exa. reproduz na tribuna da Assembleia Legislativa, do Parlamento paulista, uma mentira tão grande como essa.

Primeiramente, essa Adin, a Adin do PSOL, tem a ver, na verdade, com a introdução no Plano Nacional de Educação do combate à homofobia. Não sei se V. Exa. sabe: milhares de pessoas são mortas no Brasil e discriminadas por conta da sua orientação sexual. É disso que se trata a Adin do PSOL.

O que nós defendemos, o que o PSOL defende: que as escolas possam contribuir com o combate a qualquer tipo de discriminação, de preconceito e, sobretudo, de perseguição. E em todas as áreas: a perseguição racial, a perseguição contra as mulheres, contra as minorias, contra os homossexuais. A escola cumpre isso.

Inclusive, Sr. Presidente, o próprio Supremo Tribunal Federal já resolveu essa questão de escola sem partido, de educação sexual. Várias decisões já foram tomadas pelo Supremo Tribunal Federal dizendo que essas leis que são aprovadas em municípios e estados que têm esse nome de "escola sem partido" são todas inconstitucionais.